



O CONCEITO DE NAÇÃO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Luiz Gustavo Lopez Mide¹

Resumo

Nação é um conceito bastante recente no pensamento social e que denota grande amplitude, irreduzível a definições fechadas, que partiu de uma noção eurocêntrica de sociedade para virar questão premente em todo o mundo. No Brasil, a pendência da nação é preocupação do pensamento social desde pelo menos sua Independência em 1822, e com maior aprofundamento no Período Imperial com o movimento do Romantismo e na Era Vargas. Por revisão bibliográfica e de dados históricos, este artigo examina como a “questão nacional” foi tratada ao longo dos séculos pelo pensamento social brasileiro, as construções artificiais impostas “de cima para baixo”, a conseqüente falta de sua conclusão e os efeitos dessa “pendência” na vida cotidiana social e política brasileira.

Palavras-chave

Brasil;
Pensamento social;
Nação;
Identidade Nacional;
Romantismo;
Era Vargas.

THE CONCEPT OF NATION IN BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT

Abstract

Arising in a Eurocentric point of view to become a pressing issue worldwide, the concept of nation in social thought is very recent, in addition to being very broad and difficult to define. In Brazil, since at least its Independence in 1822, with greater depth in the Imperial Period, with the Romanticism movement, and in the Vargas Era, the lack of a nation has been one of the relevant agenda of the social thought. By reviewing literature and historical data, this paper examines how Brazilian social thought over the centuries dealt with the “national issue”, the artificial concepts with “top-down” imposition, its consequent lack of completion and the effects of this incompleteness in the daily social and political life of Brasil.

Keywords

Brazil;
Social Thought;
Nation;
National Identity;
Romanticism;
The Vargas Era.

¹ Especialista em ciência política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mide.luizgustavo@gmail.com.

Introdução

Como quer que se entenda “nação”, trata-se de conceito relevante para a compreensão da criação e do desenvolvimento dos Estados Modernos, ou Estados-nação, a partir sobretudo do século XIX. Como aponta Norberto Bobbio (1909-2004):

Em nome da Nação se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo. Na Idade Média uma pessoa, como bem ressalta Boyd C. Shafer, deveria se sentir antes de tudo um cristão, depois um borgonhês e, somente em terceiro lugar, um francês (sendo que o sentir-se francês tinha, então, um significado inteiramente diferente do atual). Na história recente do continente europeu, após a emergência do fenômeno nacional, foi invertida a ordem das lealdades, assim o sentimento de pertença à própria Nação adquiriu uma posição de total preponderância sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica. (Bobbio et al., 1998, p. 796)

Não é diferente no caso brasileiro. Desde pelo menos sua Independência, em 1822, a formação da nação brasileira é pauta, em maior ou menor frequência, de nosso pensamento político e social. A ideia da nação é ordem do dia até hoje e a apresentação de “projetos de nação” diferentes refletem disputas ideológicas e de poder que se assentam na sociedade brasileira.

De fato, a necessidade de criação da nação brasileira é elemento basilar refletido no pensamento social brasileiro ao longo de toda a história. Juntam-se a tal debate outras três características marcantes do pensamento político e social no país: (1) a imposição “de cima para baixo” das ideias; (2) a importação de ideias; e (3) a falta de acúmulo de ideias.

A forte polarização política e ideológica vigente escancara o conflito entre “projetos de nação” profundamente opostos, no que é mais uma evidência empírica dessa condição ínsita do ser Brasil e, também, do ser brasileiro, afinal, é por meio da discussão da identidade nacional que historicamente foram formados os conceitos de nação no pensamento social brasileiro.

É justamente essa “questão nacional” brasileira, “sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente” (Ianni, 2004, pp. 26-27), que será abordada neste artigo.

Tendo isso em mente, o segundo item deste artigo abordará brevemente a diferença entre Estado e nação, um passo anterior necessário, para então tecer algumas considerações teóricas, bem como comentários práticos sobre o conceito de nação.

Feito esse exercício, o terceiro item abordará as duas principais linhas de pensamento político e social que, de alguma forma, conformaram ideias que deram bases à formação da identidade nacional brasileira vigente, essencial à tentativa de se estabelecer sua nação, e os momentos históricos nos quais tais pensamentos foram colocados.

A primeira parte do terceiro item tratará do romantismo brasileiro, desenvolvido no período imperial, sobretudo entre 1830 e 1870, enquanto a segunda parte tratará da nova abordagem surgida na primeira metade do século XX, sobretudo e mais especificamente durante a Era Vargas (1930-1945), abordando suas bases e influências, seus principais mentores intelectuais e, é claro, as identidades nacionais desenhadas.

Feitas essas considerações, o quarto item refletirá sobre essa “questão nacional”, passando pelos exercícios teóricos de construção da identidade nacional e fazendo considerações e questionamentos acerca da (ainda pendente?) nação brasileira.

Considerações teóricas sobre o conceito de nação

O termo Estado-nação, ou simplesmente “nação”, é recente². Surge no século XIX, após a “Era das Revoluções” (Ricupero, 2004, p. 12), “no momento em que os povos europeus buscaram a constituição de unidades políticas sólidas e estáveis, para se livrarem das incertezas de um constante estado de guerra sem nenhum interesse para o povo”, superando-se a lógica absolutista e levando a burguesia “à conquista do poder político” (Dallari, 2011, pp. 133-134). Portanto, a ideia de nação está, em sua origem, intimamente ligada ao Estado Moderno, o que muitas vezes gera uma confusão conceitual, que convém ser afastada.

Estado é “a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território” (Dallari, 2011, p. 122). Essa definição evidencia tanto os elementos que compõem um Estado, quais sejam, a soberania, o povo e a territorialidade, quanto seu caráter político, burocrático e administrativo. Dallari indica serem o Estado “uma sociedade” e a nação “uma comunidade”, sendo que, da primeira, “para obter maior integração de seu povo, e assim reduzir as causas de conflito”, procura-se “criar uma imagem nacional, simbólica, e de efeitos emocionais, a fim de que os componentes da sociedade política se sintam mais solidários.” (Dallari, 2011, p. 137). Em outras palavras, a formação de uma identidade nacional costuma ter no Estado um ator de extrema relevância (Ortiz, 2012, pp. 138-139).

A *sociedade* é, portanto, a criação de vínculos jurídicos entre seus membros, por ato de vontade, para se alcançar um objetivo de interesse. O Estado é algo verificável objetivamente. A *comunidade*, por outro lado, independe da vontade racional dos indivíduos; é fato apurável em suas relações psíquicas e em seus “vínculos de sentimento” (Dallari, 2011, pp. 134-135).

Essa diferença pode ser constatada na evolução da relação entre Estados desde o século XIX, com a relativa flexibilização das fronteiras e a maior facilidade de intercâmbio entre povos, a evidenciar que há “nações cujos membros estão distribuídos entre vários Estados” e “entre componentes do povo de cada Estado, indivíduos pertencentes a diferentes grupos nacionais” (Dallari, 2011, pp. 136-137).

² Conceitos como cidade, sociedade, soberania, direito, lei e política estão há muito tempo consagrados. Mesmo o conceito de Estado é anterior ao de nação, sendo desenvolvido ao longo dos séculos XVI a XVIII (MAUSS, 2017, p. 57).

Certo que Estado e nação são fenômenos diferentes, e que Estado é a vinculação jurídica de um povo, a *sociedade*, importa aprofundar o significado dessa nação, dessa *comunidade*.

Definir o que é nação tem sido trabalho espinhoso de pensadores políticos e sociais por séculos. De fato, a ideia de nação ainda não é um conceito fechado, isto é, “o conteúdo semântico do termo (...) permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político” (Bobbio, 1998, p. 795).

As primeiras explicações sobre o que seria uma nação se pautavam sobretudo em algumas características específicas. Bobbio aponta para definições de nação como “grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos”, levando à necessária identificação entre “nação e raça”, e aqueles que a definem como espécie de “representação de uma ‘pessoa coletiva’, de um ‘organismo’ vivendo vida própria, diferente da vida dos indivíduos que a compõem”, que, segundo o autor, leva à identificação de nação a “grupos que teriam em comum determinadas características, tais como a língua, os costumes, a religião, o território, etc.” (Bobbio, 1998, p. 796).

Todas essas explicações raciais, culturais e geográficas foram rechaçadas por Ernest Renan (1823-1892) em conferência pronunciada em 1882 na Universidade Sorbonne, da França, cujo texto é intitulado “Que é uma Nação”. Para Renan: “O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas.” (Renan, 1997, p. 175). Nesse sentido, apenas a presença desses elementos “é insuficiente para fazer do Estado uma Nação” (Dallari, 2011, p. 138).

Trata-se de marco importante na conceituação de “nação”, que é acompanhado por diversos outros pensadores posteriores a Renan, como o próprio Bobbio, segundo o qual “as classificações ‘raciais’ (...) de maneira alguma coincidem com as Nações modernas”, enquanto as classificações baseadas na ideia de pessoa coletiva ou organismo vivo se limitam a “caracterizar algo não explicável mediante comportamentos individuais, constatáveis empiricamente”, para além do fato de que “os critérios utilizados para delimitar a amplitude destes ‘organismos’ normalmente não identificam grupos que coincidem com as atuais Nações.” (Bobbio, 1998, p. 796)

Para Renan, “uma nação é uma alma, um princípio espiritual” (Renan, 1997, p. 173). Seria, portanto, uma espécie de desenvolvimento de um sentimento comum, decorrente de um binômio passado-presente que envolveria uma herança gloriosa e sofrimentos em comum, além da vontade também comum de querer fazer mais coisas grandiosas. Em suas palavras:

Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. (Renan, 1997, pp. 173-174)

A definição de Renan, embora tenha o mérito de superar aquelas baseadas simplesmente em algum ou alguns critérios objetivos, acabou por ser demasiado subjetiva, deixando sem solução justamente a característica que seria a definidora de nação; “a maneira de viver juntos” (Bobbio, 1998, p. 796).

O sociólogo e antropólogo francês Marcelo Mauss (1872-1950) igualmente se interessou sobre o debate do conceito de nação. Muito embora nunca tenha finalizado texto sobre a temática, a coletânea de suas reflexões foi posteriormente organizada e publicada no título *A Nação*.

Para Mauss, nação seria o objetivo ao qual tenderiam as sociedades. Sua abordagem se baseia, portanto, numa ideia de evolução dos tipos de sociedade anteriormente existentes e por ele identificadas, a ponto de falar, inclusive, em “nações em potencial” e “nações devir” (Mauss, 2017, pp. 26-27). Até por isso, o conceito de Mauss se afasta dos marcos temporais da Revolução Francesa e da criação dos Estados Modernos, relegando a tal período, apenas, as origens modernas do conceito.

Em seu conceito, importa verificar efetivamente os critérios para que se caracterize uma “nação completa” ou “nação acabada”, tendo em mente que a ausência de alguma dessas características pode representar uma nação em potencial ou até uma sociedade ainda não qualificável como nação. Assim, “nação completa”:

(...) é uma sociedade suficientemente integrada, com poder central democrático em algum grau, que tem, em todo caso, a noção de soberania nacional e cujas fronteiras, em geral, são as de uma raça, de uma civilização, de uma língua, de uma moral - em uma palavra, de um caráter nacional. (Mauss, 2017, p. 92)

Note-se que, ao contrário das classificações de nação por algum critério objetivo específico, rejeitadas pelo menos desde a conferência de Renan, Mauss fala em “raça” e “língua” de forma diversa, na tentativa de indicar a necessidade de uma “relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes”, isto é, de um caráter nacional integrado. Não por outro motivo, para o autor, é a nação que cria a raça, não o contrário (Mauss, 2017, pp. 82-83).

Bobbio, por sua vez, entende nação como uma entidade ideológica, isto é, nação como ideologia de tipo de Estado. O comportamento nacional, segundo o autor, não se limita apenas à fidelidade política ao Estado, “mas implica a presença de outros valores, cuja motivação autônoma, considerada em si mesma, não é nem de ordem política nem de ordem estadual, e que poderia ser suficiente para identificar grupos de amplitude diferente da amplitude nacional.” (Bobbio et al., 1998, p. 797)

Exemplificando seu raciocínio, Bobbio aponta que o sentimento italiano é, ao mesmo tempo, o “de pertencer ao Estado italiano e a uma entidade pensada como sendo uma realidade social orgânica”, uma entidade ilusória sem qualquer identificação no mundo concreto, uma ideia genérica do que é ser italiano e que, portanto, faz com que tal caracterização prevaleça sobre outras caracterizações de grupo, classe, religião etc. (Bobbio et al., 1998, p. 797)

Notavelmente, a definição de Bobbio se afasta daquela formulada por Mauss de nação como “processo”, fazendo a separação entre o que seria processo de formação das nações modernas e o seu resultado (Bobbio et al., 1998, p. 797).

Fazendo referência cruzada ao filósofo também italiano, Mário Albertini (1919-1997), Bobbio aponta ser nação a expressão ideológica do Estado burocrático centralizado, surgido após a Revolução Industrial (1760-1840?), que permitiu o desenvolvimento de dimensões nacionais para fatores econômicos e administrativos do Estado e da vida cotidiana dos cidadãos, e a conseqüente necessidade de centralização do poder e de administração desses Estados.

A ideia de nação seria, portanto, o instrumento desse Estado para “incutir artificialmente no íntimo dos próprios cidadãos” os “sentimentos de fidelidade” necessários para a criação desse vínculo de lealdade necessário à submissão desses cidadãos à burocracia centralizada (Bobbio et al., 1998, p. 798).

Finalmente, Benedict Anderson (1936-2015) refina o debate sobre as origens da consciência nacional, partindo de um ponto de vista não eurocêntrico, diferentemente dos demais autores.

Alinhado aos apontamentos de Bobbio sobre as características da sociedade pós-Revolução Industrial, Anderson destaca a importância do desenvolvimento da imprensa como mercadoria, no seio do modo capitalista de produção (o “capitalismo editorial”), junto com “o impulso vernaculizante do capitalismo”, como catalizadores do desenvolvimento da ideia de nação (Anderson, 2008, pp. 72-83).

Mergulhando no debate de quais seriam essas origens, o historiador e cientista político define nação como *comunidade política imaginada, limitada e soberana* (Anderson, 2008, pp. 32-34).

É *comunidade* porquanto concebida com certa camaradagem horizontal entre os cidadãos, em outras palavras, mesmo pertencendo os indivíduos a diferentes classes sociais, há, entre todos, uma vinculação comunitária no contexto nacional. É *imaginada* porque seus membros, embora majoritariamente “anônimos” entre si, isto é, não se conhecem todos e nem se conhecerão (o que é de toda uma impossibilidade fática), criam, pensam e “imaginam” esses outros cidadãos anônimos, desenvolvendo em si com relação a eles o sentimento de comunhão tratado acima. (Anderson, 2008, pp. 32-34)

É *limitada* porquanto não possa abranger a toda humanidade, isto é, tenha espaço “fundo”, no qual faz fronteira com outros Estado-nações. Finalmente, é *soberana* porquanto supere as estruturas de dominação até então existentes, como comunidades religiosas, reinos dinásticos e o sistema colonial, ao mesmo tempo que não tenha amarras com outras nações existentes, possibilitando certo grau de pluralismo interno e de liberdade. (Anderson, 2008, pp. 33-34)

Comentários sobre os conceitos de nação

A teorização do conceito de nação não é nem simples nem homogênea. Anderson, na introdução de *Comunidades Imaginadas*, menciona a conclusão de Hugh Seton-Watson, segundo o qual “não é possível elaborar uma ‘definição científica’ de nação; mas o fenômeno existiu e continua a existir” (Anderson, 2008, pp. 28-29).

É notável como todas as definições trabalhadas no tópico anterior relacionam o conceito de nação à “Era das Revoluções” e, de certa forma, ao desenvolvimento do capitalismo, mesmo que para Mauss esse marco temporal se limite ao conceito moderno, e não à nação como fenômeno, diferentemente das visões trabalhadas por Bobbio e Anderson.

A definição dada por Renan, como já mencionado, importa ao rechaçar aquelas limitadas a critérios objetivos, como raça, idioma, religião e geografia, e ao apresentar uma relação entre identidade nacional e passado, presente e futuro de uma sociedade, trazendo à luz, ainda que de maneira singela, relevante componente subjetivo para a compreensão do fenômeno.

A definição dada por Bobbio, apesar de afunilar a discussão sobre o conceito de nação ao buscar contextualizar historicamente sua fixação, limita o elemento subjetivo a uma espécie de imposição do Estado, e não a algo que derivaria, também, da própria sociedade em si. Esse elemento está presente em Anderson, que se propôs a traçar uma definição partindo da ideia de que tanto a condição nacional (ou nacionalidade) quanto o nacionalismo são “produtos culturais específicos” (Anderson, 2008, p. 30), mantendo, igualmente, mínimas bases temporais e objetivas ao conceituar nação.

O conceito de nação ainda está em aberto, e não é objetivo deste exame fixar seus limites. A definição de nação como *comunidade*, em linha com Anderson e Dallari, mais equilibrada entre razões objetivas e subjetivas, é ora primada; isto, evidentemente, sem que as relevantes ponderações feitas pelos demais autores trabalhados sejam desconsideradas, inclusive pelo potencial de serem referenciais teóricos para aqueles que se propuseram a pensar a identidade nacional brasileira.

Em uma consideração final, esse exercício de criação de uma identidade nacional não é espontâneo; pelo contrário, deriva de uma interpretação, que pode ou não ser dirigida pelo Estado. Daí a importância dos intelectuais que se propõem a pensar tal questão, elevados à condição de mediadores ou “artífices deste jogo de construção simbólica.” (Ortiz, 2012, pp. 139-142)

A nação no pensamento brasileiro

O tópico anterior se voltou à abordagem sobre o que seria minimamente uma nação para que seja, então, possível investigar como esse debate foi proposto e evoluiu no contexto brasileiro.

De pronto, fica claro que a ideia de nação surge na Europa e para os europeus. Isso não passa despercebido, por exemplo, na nota introdutória feita por

Angela Alonso e Samuel Titan Jr. à tradução da conferência de Renan, na qual apresentam como limite de sua visão que “a ideia de nacionalidade não deve estender-se além das fronteiras europeias.” (Renan, 1997, p. 155) Não é diferente nos demais autores trabalhados, com a notável exceção de Anderson (Anderson, 2008, p. 11).

No caso brasileiro, a necessidade de um esforço intelectual voltado a sustentar projetos de construção nacional remota ao “Patriarca da Independência”, José Bonifácio (1763-1838), cuja formação intelectual tem por base o Iluminismo europeu (Weffort, 2011, pp. 160-161). Não deixa de ser curioso imaginar que a necessidade de se pensar um projeto nacional era desde então uma necessidade premente brasileira ou reflexo de outra característica fulcral do pensamento político brasileiro, a importação de ideias³.

E é justamente após a Independência, mais especificamente no Segundo Reinado, quando em terras brasileiras já se encontram efetivamente as funções do Estado, sobretudo adaptadas da burocracia portuguesa que até então comandava a colônia, que se dá pela primeira vez importância central à questão da formação da nação brasileira. Segundo Weffort, “[a]os homens que forjaram o Estado brasileiro do século XIX impunha-se igualmente a tarefa de forjar uma identidade cultural para o país.” (Weffort, 2011, p. 178).

Curiosamente, encarregou-se desse trabalho outra corrente de pensamento importada da Europa, o romantismo. Essa evolução histórica está bem resumida em Ricupero, segundo o qual “o primeiro momento, da independência, complementa-se com o segundo, romântico.” (Ricupero, 2004, p. xvii). Esse será o primeiro momento histórico aprofundado neste exame.

O segundo momento, como já exposto, refere-se ao período conhecido como Era Vargas (1930-1945). A referência a Getúlio Vargas não aparece aqui de maneira trivial, afinal, é a partir de sua política que “se estabeleceu as bases do país industrial, do Estado e da nação brasileira que se conhecem na virada para o século XXI.” (Weffort, 2012, p. 234)

A nação mestiça e excludente dos românticos

Como visto, é logo após a Independência que a pendência da nação brasileira para o já posto Estado brasileiro recebe pela primeira vez uma especial atenção.

E não é de todo simples “pensar o estado-nação” no contexto de “uma população simultaneamente ‘indígena’, ‘africana’ e ‘lusitana’, em um país imenso, disperso em províncias isoladas, em uma sociedade na qual se dá a combinação

³ Vale como exemplo a lição de Alonso em “Ideias em Movimento” sobre a geração intelectual de 1870, envolta na emergência de “um bando de novas ideias”, todas elas importadas, sobretudo da Europa liberal, o que, segundo a autora, teria se dado num contexto de exaltação reformista no momento de crise do Segundo Reinado (Alonso, 2002). Ortiz aponta, ainda, que “a crítica que os intelectuais do século XIX faziam à ‘cópia’ das ideias da metrópole é ainda válida para os anos 1960, quando se busca diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais.” (Ortiz, 2012, p. 7)

aparentemente eficaz entre escravatura, economia primária e exportadora, liberalismo nas relações exteriores e monarquia.” (Ianni, 2000, p. 70)

A formação da ideia de nação brasileira passar da política e da historiografia para envolver também a arte, e sobretudo a literatura, pode à primeira vista parecer inusitado, mas essa combinação não foi trivial nem isolada: ligava-se intimamente à dupla atuação, política e intelectual, dos pensadores brasileiros da época, além de ser exercício intelectual que se repetiu em diversos lugares do mundo (Ricupero, 2004, p. xviii).

Para essa elite política e intelectual, um passo anterior à formação da identidade brasileira seria o estabelecimento de sua literatura e historiografia, até então muito tímidas⁴. É nesse contexto que se introduz no Brasil o romantismo, especialmente por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel Araújo Porto-alegre (1806-1879) e Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), que, em 1836, lançaram, em Paris, a primeira de duas edições da revista *Nitheroy*⁵.

Seguindo a regra do romantismo nacionalista no mundo, sobretudo na Europa, a experiência brasileira foi inicialmente contestadora, mas rapidamente passou a se alinhar à política da época, em especial do Partido Conservador e da própria Monarquia, que cumpriu o papel de mecenas das artes nacionais no período (Schwarcz e Starling, 2018, p. 284, e Ricupero, 2004, pp. 100-102).

Se a ideia dos intelectuais era estabelecer a identidade nacional, baseada em suas referências passadas, então “a história tem papel central” para fornecer os subsídios fáticos necessários para esse exercício criativo (Ricupero, 2004, p 113).

Por isso, tão importante quanto a arte para a criação da identidade nacional é o exercício de reconstrução histórica do Brasil. É nesse momento, mais especificamente em 1838, que se cria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) “quicá a instituição que mais se empenhou em forjar uma identidade para o país”. O IHGB, que dependia de recursos do Estado e funcionava no Paço Imperial (Ricupero, 2004, pp. 116-129), bem como a já existente Academia Imperial de Belas Artes, cuja produção também se voltou à criação da identidade nacional (Schwarcz e Starling, 2018, pp. 284-285;289), são outros fatores da influência da Monarquia na criação da intelectualidade brasileira do período e, via de consequência, da identidade nacional.

Em síntese, é da historiografia e da geografia que saem informações pertinentes sobre a questão natural e indígena, que são pilares da formação da identidade nacional brasileira para os intelectuais do período. O romantismo brasileiro, nesse contexto, “não foi apenas um projeto estético, mas antes um

⁴ Antes do romantismo, havia literatura produzida por brasileiros, mas não exatamente uma literatura conscientemente brasileira, merecendo, contudo, especial destaque o pioneirismo das obras *O Uruguai* e *O Caramuru*, poemas épicos indianistas de José Basílio da Gama e José de Santa Rita Dustael, como exceções presentes já no século XVIII (Ricupero, 2004, p. 86).

⁵ Ou “*Niterói*, revista brasiliense de ciências, letras e artes”, na qual se publicaram artigos sobre os mais diversos temas relacionados ao Brasil, como economia política, ciência, literatura e arte (RICUPERO, 2004, pp. 89-96). Diversas outras revistas surgiram ao longo do Segundo Reinado, como *Minerva Brasiliense*, *Guanabara*, e a revista do IHGB (Ricupero, 2004, pp. 96-99 e Schwarcz e Starling, 2018, p. 285).

movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo, ao desejo de independência cultural e à monarquia” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 288). É através da literatura que:

[h]istória e mito caminham lado a lado, enquanto a imaginação cede espaço ao didatismo: o índio nobre teria existido num passado remoto, e era ele, assim mitificado, que inspirava os dramas românticos produzidos na corte, os quadros grandiosos ambientados nos trópicos, as belas óperas que apresentavam, para o exterior, um Império tão exótico quanto nobre. (Schwarcz e Starling, 2018, p. 289)

É Gonçalves de Magalhães, em Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil, na Nitheroy, que estabelece os fundamentos do romantismo brasileiro: “o meio, representado por uma natureza exuberante, habitado pelo índio, portador da singularidade brasileira, devendo seus significados serem apreendidos pela especial sensibilidade do artista.” (Ricupero, 2004, pp. 94-96)

E, de fato, o romantismo nacionalista elege a figura do indígena, exaltando também a vasta natureza brasileira, para desenvolver seu mito de fundação nacional. É nesse momento histórico que “o Brasil virou tropical” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 290).

A escolha do indígena como herói originário, uma espécie de “bom selvagem” existente em um passado remoto, cumpria a dupla função na criação da nação brasileira de ocultar o indivíduo preto e a escravidão, instituição já em crise no período, e de rejeitar os primeiros colonizadores, afastando-se, assim, a identidade nacional da metrópole:

Por oposição aos africanos, que lembravam a vergonhosa instituição escravocrata, o indígena permitia selecionar uma origem mítica e estetizada. A natureza brasileira também cumpria função paralela: se não tínhamos castelos medievais ou igrejas renascentistas, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas tropicais, aparecia representado o monarca, o Estado e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. (Schwarcz e Starling, 2018, pp. 288-289)

Esse afastamento dos primeiros colonizadores não representa, porém, um afastamento das raízes culturais europeias. Outro tema caro ao romantismo brasileiro é o da mestiçagem, aqui especificamente limitada à união entre indígena, representando a terra, e o indivíduo de origem europeia, representando a civilidade, ou “os portugueses do futuro Império (que personificam a unidade nacional e a fé cristã) e os indígenas não conspurcados pela civilização” (Schwarcz e Starling, 2018, pp. 286-287).

O primeiro poema do romantismo brasileiro, “Nênia”, de Francisco Rodrigues Silva, foi publicado em 1837, aparecendo a questão da mestiçagem no poema “Três dias de um noivado”, de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, em 1844 (Ricupero, 2004, pp. 154-155). A temática do indígena nobre e guerreiro, originário da América anteriormente à colonização, é recorrente em Gonçalves Dias (1823-

1864), merecendo especial destaque seu poema “I-Juca-Pirama”, publicado em 1851.

Em 1856, Gonçalves de Magalhães canta o mito da formação nacional pela batalha entre indígenas e colonizadores portugueses no poema épico “A confederação dos Tamoios”. O texto bem acolhido por parte da elite intelectual, inclusive pelo Imperador Pedro II, foi também alvo de críticas, especialmente por José de Alencar (1829-1877), para quem não estaria à altura de sua proposta - a de criar o mito nacional de formação.

Isso leva Alencar a publicar em 1857, em formato de folhetins, um romance (gênero que o autor entendia como mais adequado à época) com ares epopeicos em contraposição: *O Guarani* (Ricupero, 2004, pp. 161-165). Já em 1865, Alencar publica o romance que o consagrou, *Iracema*, anagrama de “América”, no qual estabelece um mito de nascimento do Brasil, ou de sua identidade nacional, contendo as características caras ao romantismo nacionalista brasileiro, como o indígena “bom selvagem”, a exaltação da natureza e a mestiçagem com exclusão do preto:

A obra representa o nascimento do Brasil, diante, mais uma vez, do sacrifício indígena. O casal central - Martim e Iracema - simboliza os primeiros habitantes do país, e de sua união resultará uma predestinada raça. Em determinado momento, Iracema morre para que seu rebento Moacir (o ‘filho do sofrimento’) viva. No livro destaca-se a mestiçagem: língua híbrida, religião sincrética, nação de mulatos e mamelucos. Mais uma vez distantes do Brasil do século XIX, tão marcado pela escravidão, heróis brancos e indígenas convivem em ambiente inóspito e se comportam como nobres. (Schwarcz e Starling, 2018, p. 287)

Tira-se de ambos os romances de Alencar que “da relação entre natureza americana e civilização europeia, deve surgir algo novo, possivelmente uma civilização americana.” (Ricupero, 2004, p. 171). O romantismo indianista tem, ainda, o condão de afastar o caráter invasivo da colonização, narrando-a não como antagonismo, mas como espécie de conciliação e de “encontro harmonioso” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 289).

Em suma, mais do que criar definitivamente a literatura brasileira, o romantismo é quem primeiro pensa a nação brasileira, nesse “novo mundo” que é “gigante pela própria natureza”, advinda da subjugação do indígena mítico (idealizado) do passado ao indivíduo civilizado de raízes europeias e da exclusão do preto escravizado, à época identificado somente como força de trabalho e não como cidadão.

A era Vargas e a brasilidade: cultura mestiça como expressão da nacionalidade

O ambiente político e social existente no Segundo Reinado, momento no qual os românticos pensaram a identidade brasileira, deixa paulatinamente de existir durante o crepúsculo do século XIX. O país estava se modernizando e, aos poucos, abandonava suas características até então marcantes.

Dois eventos que merecem especial destaque são a Abolição da Escravidão, com a Lei Áurea de maio de 1888, e a Proclamação da República em novembro de 1889. A partir deles, o Brasil começa a passar por mudanças estruturais marcantes. Introduce-se na sociedade um novo grupo de cidadãos marginalizados, os ex-escravizados; altera-se a dinâmica da mão-de-obra, inclusive com o incentivo à imigração europeia, e o sistema de governo para aquele que vige até os dias atuais.

Ainda, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil encara processos de institucionalização, urbanização e industrialização, fazendo com que o indivíduo preto fique ainda mais integrado à sociedade brasileira como cidadão, ainda que de forma precária e sempre envolto de estigmas preconceituosos.

Nesse contexto de relevantes mudanças, nada mais natural do que a superação de correntes de pensamento político, artístico e social que até então imperavam. Não foi diferente com a questão da pendência da nação brasileira. Novamente, a arte e a política se colocaram como meios de influência e de construção da identidade brasileira (Ianni, 2004, pp. 26-33).

As teorias raciais - ou *racistas* - do final do século XIX e início do século XX já não faziam mais sentido no contexto posto da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, as teorias antropológicas então prestigiadas partiam de um enfoque culturalista, que foi abraçado por intelectuais relevantes do período, como Gilberto Freyre (Ortiz, 2012, p. 41).

Ainda nas artes, o modernismo da década de 20 é considerado como um ponto de referência ao apontamento artístico das mudanças profundas pelas quais o Brasil passou no período (Ortiz, 2012, p. 40). Preocupado com a identidade brasileira, adiciona um novo elemento à sua receita, ou melhor, um bando de elementos, que são os símbolos e manifestações culturais.

Essas mudanças das bases intelectuais e artísticas se unem à práxis política do período. Para o Brasil que se construía, sobretudo após a Revolução de 30, mais urbano e mais industrial, as teorias raciais pseudocientíficas até então existentes precisavam ser superadas. O Estado forte do período da Era Vargas é outro relevante orientador das mudanças de paradigmas da identidade nacional brasileira.

Passando por um momento de reorganização e modernização, o Estado brasileiro desenvolve mecanismos para a transformação seletiva da cultura popular em identidade nacional, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1946), como, por exemplo, a criação de rede de instituições culturais, cursos e instituições de ensino superior e o estabelecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que não servia apenas como instrumento de censura, mas também como ativo condutor das artes, expressões populares e política (Ortiz, 2012, pp. 79-80; Schwarcz e Starling, 2018, pp. 376-377).

É nesse contexto que a intelectualidade e o Estado abraçam a mestiçagem, na figura representativa do “malandro”, ou do “bom malandro” - bem representada na personagem Zé Carioca, como apontado por Schwarcz - para cunhar a brasilidade.

Ponto essencial desde o romantismo, as questões racial e da miscigenação continuam sendo objeto das discussões sobre a identidade nacional no Brasil do início do século XX. Agora, contudo, a abordagem deixa de ser, por si, baseada no componente racial. A raça e a miscigenação passam a ser elementos do que seria a essência da identidade brasileira a partir de então: sua cultura popular.

Evidentemente, manifestações culturais tendem a ser limitadas a grupos ou regiões, sobretudo em um país continental, com grande população e influência de ondas migratórias de diversos lugares do mundo. Era necessário um exercício que transcendesse determinadas expressões culturais para que passassem a representar toda a *comunidade* brasileira.

Esse exercício, dirigido pelo Estado, ficou sobretudo a cargo dos intelectuais e artistas, diversos dos quais tiveram participação no Estado Novo, independentemente de seus espectros políticos⁶. Gilberto Freyre, embora não fosse partidário de Getúlio Vargas, fornece contribuição essencial à formação das bases do que viria a ser “brasilidade”.

Em *Casa Grande e Senzala* (1933), Freyre, com base teórica no culturalismo, “transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada”. A ideologia da mestiçagem abandona as teorias racistas e passa a embalar o senso comum cotidiano e popular. Consolida-se o “mito das três raças”, sendo o brasileiro idealizado como “homem sincrético, produto do cruzamento de três culturas distintas: a branca, a negra e a índia.” (Ortiz, 2012, pp. 127-128).

É nesse contexto que expressões culturais populares como folclore, futebol, samba e carnaval, candomblé, capoeira, culinária, dentre outros, começam a se tornar verdadeiras representações da originalidade brasileira.

O dirigismo estatal, por sua vez, seja pela falta de estímulo, seja pela censura, afastava dessas expressões valores tidos por desinteressantes aos interesses dominantes. As práticas populares, majoritariamente relacionadas a grupos vulgares e marginalizados da sociedade, passariam por uma “elitização” e por um “branqueamento”, ou “desafricanização” (Schwarcz e Starling, 2018, pp. 378-379). A identidade que se criava estava vinculada a uma “mestiçagem peculiar, uma mestiçagem que, de racial e detratora, se faz moral e nacional.” (Schwarcz, 1994, pp. 3 e 7).

Bom exemplo dessa atuação polidora do Estado está na música, sobretudo no samba (Siqueira, 2012, p. 214)⁷. Utilizado com primazia pelo Estado Novo, junto

⁶ “Isso se deveu, em grande parte, ao êxito de Gustavo Capanema (1900-1985) no Ministério da Educação, reunindo à sua volta intelectuais e artistas de diversas correntes de ideias: entre outros, os ensaístas Alceu Amoroso Lima (1893- 1983) e Mário de Andrade (1893-1945); o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987); os músicos Heitor Villa-Lobos (1887-1959), Francisco Mignone (1897-1986) e Guiomar Novaes (1896-1979); o pintor Candido Portinari (1903- 1962); os arquitetos Oscar Niemeyer (n. 1907), Lúcio Costa (1902-1998) e Le Corbusier (1887-1965); o educador Lourenço Filho (1897-1970).” (Weffort, 2011, p. 235).

⁷ O termo “samba” é “corrente na língua portuguesa desde, pelo menos, o século XIX”, referindo-se, tanto no período colonial quanto no período imperial, às “várias danças de origem africana, nas quais a umbigada era a principal característica” (Lopes e Simas, 2019, p. 247).

com a principal ferramenta de entretenimento, comunicação, informação e propagação político-ideológica do período - o rádio -, o samba que se permitia fazer deveria respeitar limites moralizantes vinculados aos interesses políticos, ficando todo o resto - a bem dizer, muito das verdadeiras raízes do samba - relegado à marginalização.

Nesse contexto, a prática da censura musical pelo DIP era intensa: “só no ano de 1942 (...) proibiu 373 canções e 108 programas de rádio”. Combatia-se, por exemplo, a “música de malandragem” em defesa da exaltação ao trabalho (Schwarcz e Starling, 2018, p. 377; Ortiz, 2012, p. 43).

O carnaval, elevado à condição de principal festa nacional, passava pela institucionalização da competição entre escolas de samba, com forte tutela do DIP quanto à temática dos sambas-enredo, voltados sobretudo à narrativa de episódios e de personagens históricos (sambas-exaltação), sempre partindo de uma perspectiva da historiografia dominante (Lopes e Simas, 2019, p. 257).

O esforço empregado na Era Vargas para a definição da nação brasileira e da brasilidade não foi vão. Da mesma forma que as mudanças empregadas naquele período no Estado brasileiro e em suas instituições sobreviveram até hoje, também ideias e ideais seguem presentes e atuais. É justamente o caso da figura cunhada da mestiçagem e de sua cultura popular, que serve até hoje de paradigma de identificação do brasileiro. Na lição de Schwarcz e Starling:

O Estado Novo forneceu régua e compasso a esse esforço de construção de uma nacionalidade triunfante, sustentada, numa ponta, pela crença na autenticidade da cultura popular e, na outra, pela mistura heterogênea de elementos culturais originários de várias regiões do país. Um turbante de baiana aqui, ali um pandeiro ou um tamborim pinçados do morro carioca, acolá um toque de berimbau e um passo de capoeira, mais adiante um mulato de voz macia que resume todos os brasileiros - ao sul do equador nada é puro, e tudo estaria misturado. Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. (Schwarcz e Starling, 2018, p. 378)

Considerações finais

Desde o estabelecimento do Estado, a pendência da nação brasileira sempre foi assunto premente. A questão nacional foi pensada durante toda a história do Brasil, inclusive na atualidade. Não obstante, os dois principais momentos nos quais foram realizados exercícios para dar bases à construção da nação brasileira são os abordados no item III deste artigo.

Curiosamente, ou não, essas duas reflexões se conectaram às outras três características marcantes do pensamento brasileiro: a importação de ideias (por

Muito embora não fosse propriamente um samba, o lançamento entre 1916 e 1917 de “Pelo Telefone”, de Donga e Vagalume, é por muitos considerado o marco fundador do gênero musical, destacando, também, que pelo menos desde 1902 músicas eram classificadas como “samba” pelas respectivas gravadoras. Antes disso, “samba” já era usado como referência às rodas de batuque de “partido-alto” (Lira Neto, 2017, pp. 83-90). Esse “samba” que se inicia nos anos dez do século XX é classificado como “samba industrial ou de mercado” (Lopes e Simas, 2019, p. 254).

exemplo, romantismo, modernismo e culturalismo), o não acúmulo de ideias (ou o abandono das ideias e paradigmas anteriores), e a imposição “de cima para baixo” (condução ativa da ideia da nação pela elite social e intelectual e pelo próprio Estado brasileiro).

Para os românticos do século XIX, a nação brasileira tinha por base a questão racial, mais especificamente, a gênese do brasileiro pelo colonizador europeu e pelo indígena guerreiro idealizado do passado. Essa nação, cunhada no período escravagista, deixou de fora parte significativa - numérica e socialmente - da população brasileira, os pretos, fadados à escravidão ou a outras formas de marginalização de qualquer migalha de cidadania.

O novo paradigma de nação, cunhado na primeira metade do século XX, supera a “raça” e tem na “cultura” seu fundamento. Embora passe a considerar também os pretos, recém cidadãos, na equação que formaria a identidade nacional, essa nova “nação” brasileira não deixa de ser problemática. Sua gênese teórica, uma coexistência harmônica entre indivíduos de mais diversas matrizes - regionais, sociais, raciais, religiosas, culturais etc. - que compõem a população brasileira serve, em contrassenso, para ocultar os conflitos existentes na sociedade brasileira e, por tabela, deixar à margem da nação parte relevante dessa sociedade.

Se é certo que esses exercícios de reflexão serviram a estabelecer algumas referências culturais mais ou menos homogêneas (samba e carnaval, futebol, feijoada etc.) e alguns totens nacionais (bandeira, hino, grandezas naturais etc.), também é certo que a questão nacional no Brasil continua em aberto, sobretudo “[s]ob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros.” (Ianni, 2004, p. 180)

O diagnóstico dessa vacância aponta diversos fatores que passam sobretudo e justamente pelas desigualdades regionais e seus reflexos raciais e sociais, a falta de uma relação de mutualismo entre as unidades regionais e a falta de articulação do poder central para estabilização e redução dessas desigualdades.

Mais do que uma ausência de articulação, há, muito das vezes, um verdadeiro esforço de desarticulação. É o que Ianni denomina como movimentos de “dispersão”, em contraposição a movimentos de “integração” ou de “coesão”.

Essa lógica de desarticulação se vincula sobretudo à polarização entre as posições dominantes e subalternas da sociedade. Como pontua Ianni, a revolução burguesa ocorrida no Brasil foi bem-sucedida no que se refere à economia, desenvolvimento e acumulação de capital, inclusive com o desenvolvimento de classes sociais em todo o país, mas foi e ainda é muito tímida em termos políticos e culturais (Ianni, 2004, pp. 149;177-179).

Ianni anota alguns relevantes momentos de desarticulação da nação brasileira, como, por exemplo, o afastamento e o sentimento de não representação entre sociedade civil e Estado no período dos governos ditatoriais militares, o que foi combatido por esforços opostos, de coesão, com a redemocratização. Em suas palavras: “Mais uma vez, a dispersão era evidente, a nação procurava retomar o seu processo formativo, encontrar a sua fisionomia.” (Ianni, 2004, pp. 150-151;165)

O olhar ao passado parece vaticinar o Brasil atual. Os movimentos de coesão pós redemocratização e promulgação da Constituição de 1988, longe de se consolidarem decorridos mais de trinta anos, enfrentaram momentos de crise, sobretudo a partir do soerguimento, nos idos de 2012, de movimentos de caráter político e social que se colocavam contra “tudo isso que está aí”. Buscando abrigo em *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes, o moinho de vento elevado à condição de dragão foi a própria integração política e social nacional.

Esse movimento de desarticulação deu vazão a uma forte polarização política que culminou na eleição presidencial de 2018. Não por outro motivo, denuncia-se vivermos atualmente num período de revisão histórica e de desmonte do Estado-nação brasileiro, novamente sob a notável direção de forças hegemônicas político-sociais e do Governo.

Esse esforço passa tanto por expressões informais, como, por exemplo, o fortalecimento de xenofobias que jamais nos deixaram (regionais, sociais, raciais etc.), quanto por medidas ativas de deslocamento de elementos de coesão nacional, como a contração do fomento à cultura, o aparelhamento revisionista e retrógrado de instituições formais do Estado (tome-se de exemplo Fundação Palmares e Ministério do Meio Ambiente) e, inclusive, o sucateamento de tais instituições (vide crise de financiamento de Universidades Federais e do SUS).

O diagnóstico de Ianni continua atual. A questão nacional não apenas segue inconclusa como passa por forte ressaca. É preciso esforço de elementos da sociedade civil, da intelectualidade, da política, enfim, dos brasileiros para a superação desse momento e, quiçá, para nova re colocação da questão nacional sob um projeto verdadeiro de formação da nação brasileira.

Enquanto o Brasil estiver “acima de tudo” e Deus estiver “acima de todos”, a lição de Sérgio Buarque de Holanda seguirá atual: estaremos fadados à condição de “desterrados em nossa terra”.

O Brasil é um país de diversidades, mas também de desigualdades. A questão nacional não estará resolvida enquanto essa questão - as desigualdades - não for encarada seriamente, isto é, enquanto ficar escondida em alegorias de identidade nacional que servem a atender interesses particulares de algumas elites e do poder estatal.

Talvez a solução para a questão nacional brasileira esteja justamente em sua diversidade: em vez de forjarmos nossa identidade em um molde pré-estabelecido, deveríamos abraçar a pleora de brasis que habitam num só Brasil, fazendo do “arquipélago” - aproveitando a metáfora de Ianni - um “continente”, caso contrário, ao que aparenta, estaremos fadados a repetir viciosos ciclos de dispersão e coesão que fazem do Brasil “um país que se pensa contínua e periodicamente” (Ianni, 2000, p. 55), sem chegar a uma conclusão, isto é, sem consolidar uma *comunidade* que possa ser vista como uma nação.

Referências

- ALONSO, Angela (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- ANDERSON, Benedict R (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (1998). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- DALLARI, Dalmo de Abreu (2011). *Elementos da teoria geral do Estado*. 30ª ed., São Paulo: Saraiva.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (2014). *Raízes do Brasil*. 27ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- IANNI, Octavio (2004). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- IANNI, Octavio (2000). “Tendências do pensamento brasileiro”. *Revista Tempo Social - USP*, v. 12, pp. 55-74.
- LOPES, Nei, SIMAS, Luiz Antonio (2019). *Dicionário da história social do samba*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAUSS, Marcel (2017). *A Nação*. São Paulo: Três Estrelas.
- NETO, Lira (2017). *Uma história do samba: as origens. Volume I*, São Paulo: Companhia das Letras.
- ORTIZ, Renato (2012). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- RENAN, Ernest (1997). “Que é uma Nação”. Conferência. *Revista Plural, Sociologia USP*, v. 4, pp. 154-175.
- RICUPERO, Bernardo (2004). *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1994). *Complexo de zé carioca: sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem* [online]. <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_03.pdf> Acessado em 15/5/2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel (2018). *Brasil: uma biografia*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras.
- SIQUEIRA, Magno Bissoli (2012). *Samba e identidade nacional: das origens à Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp.
- WEFFORT, Francisco Correia (2011). *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática.



Recebido em setembro de 2022
Aceito para publicação em dezembro de 2022